

PARLAMENTO EUROPEU

1999



2004

Documento de sessão

14 de Janeiro de 2003

B5-0022/2003 }
B5-0023/2003 }
B5-0025/2003 }
B5-0033/2003 }
B5-0034/2003 }

RC1

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO COMUM

apresentada nos termos do nº 4 do artigo 37º do Regimento por

- José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra e Philippe Morillon, em nome do Grupo PPE-DE
- Margrietus J. van den Berg, Jannis Sakellariou e Lissy Gröner, em nome do Grupo PSE
- Cecilia Malmström e Baroness Nicholson of Winterbourne, em nome do Grupo ELDR
- Joost Lagendijk, em nome do Grupo Verts/ALE
- Gerard Collins, Cristiana Muscardini e Luís Queiró, em nome do Grupo UEN

em substituição das propostas de resolução apresentadas pelos seguintes Grupos:

- PPE-DE (B5-0022/2003),
- UEN (B5-0023/2003),
- PSE (B5-0025/2003),
- ELDR (B5-0033/2003),
- Verts/ALE (B5-0034/2003),

sobre o Afeganistão, um ano após o Acordo de Bona

RC\486344PT.doc

PE 326.538}
PE 326.539}
PE 326.541}
PE 326.549}
PE 326.550} RC1

Resolução do Parlamento Europeu sobre o Afeganistão, um ano após o Acordo de Bona

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as suas resoluções precedentes sobre o Afeganistão e, em particular, a que aprovou em 5 de Setembro de 2001,
 - Tendo em conta a Conferência de Bona, de 4 e 5 de Dezembro de 2001, em que foram definidos um plano esquemático e um calendário para o estabelecimento da paz e da segurança, e para a reconstrução do Afeganistão,
 - Tendo em conta as decisões adoptadas pela Comissão, em 30 de Outubro e 19 de Dezembro de 2002, no sentido de ser concedida uma ajuda humanitária suplementar ao Afeganistão, com a qual o montante total da ajuda da União Europeia se eleva a 265 milhões de euros,
 - Tendo em conta a declaração da Presidência, de 22 de Dezembro de 2002, sobre a declaração de Cabul,
 - Tendo em conta a aprovação do orçamento da União Europeia para o exercício de 2003,
- A. Considerando que decorreu já mais de um ano sobre o início do processo em Bona e congratulando-se com os esforços desenvolvidos pelo povo afegão e pelo seu governo para restabelecer em todo o país a concórdia indispensável para a instauração de uma paz duradoura,
- B. Considerando que se registam melhorias nos domínios da segurança e da estabilidade em grandes áreas do país, e que se assiste à constituição de um exército e de forças policiais afegãs, mas que subsistem, em algumas regiões do Afeganistão, problemas de segurança, nomeadamente naquelas em que ainda imperam os senhores da guerra e às quais a Administração de Transição no Afeganistão não tem pleno acesso,
- C. Considerando que existem provas da subsistência de redes terroristas no Afeganistão e no Paquistão, potencialmente muito perigosas para toda a região e o resto do mundo,
- D. Considerando que a *Loya Jirga* extraordinária elegeu por escrutínio secreto o Presidente Karzai como Chefe de Estado e considerando o estabelecimento de uma Administração de Transição no Afeganistão (ATA) que assumiu a condução dos assuntos de Estado, com o objectivo de reconstruir o país e reforçar e promover a estabilidade, a democracia e a prosperidade no Afeganistão,
- E. Congratulando-se com o compromisso assumido em Cabul, em 22 de Dezembro de 2002, por todos os países vizinhos no sentido de não intervirem nos assuntos internos do Afeganistão,

- F. Considerando que a Administração de Transição do Afeganistão (ATA) criou um certo número de instituições que poderão constituir a base de um desenvolvimento democrático, como a Comissão de Direitos Humanos, o Banco Central, o Comité de Redacção, precursor da Comissão Constitucional, etc.,
- G. Recordando a sua convicção de que, após mais de duas décadas de guerra e de violência, é importante que as alegações de violação dos direitos humanos e de crimes de guerra, particularmente em Mazar-I-Sharif, sejam investigadas o mais depressa possível e os responsáveis punidos,
- H. Considerando que a situação das mulheres e das jovens se afigura preocupante em muitas regiões do Afeganistão, especialmente em Herat, onde, sob o domínio do Governador local, a liberdade de expressão, de associação e de movimento das mulheres e das jovens, bem como o seu direito à igualdade, ao trabalho, à educação e à integridade física se deterioraram permanentemente ao longo de 2002,
- I. Considerando que os Estados Unidos mantêm mais de 600 pessoas em regime de detenção militar na base naval de Guantánamo Bay, Cuba, e em outros locais, sem terem sido incriminadas nem contra elas ter sido movido um processo, sendo-lhes vedado o acesso à Justiça, a advogados e a familiares,
- J. Lamentando a falta de coordenação entre as diferentes organizações que trabalham por conta das Nações Unidas, representantes dos países doadores e organizações não-governamentais (ONG) com o Governo afegão,
- K. Considerando que a reconstrução económica continua a constituir uma prioridade importante no quadro de um esforço internacional concertado para instaurar a estabilidade, a longo prazo, no Afeganistão, o que requer contribuições por parte dos doadores,
- L. Convicto de que são necessários, a longo prazo, esforços de ordem política, social e económica, bem como o apoio da comunidade internacional, em particular assistência para o restabelecimento das instituições políticas e judiciárias e das forças de polícia, a desmobilização e a reintegração das facções armadas, bem como medidas visando garantir o respeito dos direitos do homem,
- M. Profundamente apreensivo com o reinício do cultivo e do tráfico de drogas ilegais,
1. Insiste em que a comunidade internacional continue a dar o apoio necessário para o restabelecimento das instituições políticas, judiciárias e de segurança, imprescindíveis para restaurar a autoridade do governo e do Estado de Direito;
 2. Solicita o alargamento do mandato da Força Internacional de Segurança e Assistência (ISAF), com o objectivo de prestar um maior apoio à ATA no âmbito dos seus esforços de pacificação e de controlo de todo o território afegão, a fim de lograr a estabilidade a longo prazo do país e evitar a eclosão de confrontos regionais, bem como a instabilidade geopolítica;

3. Congratula-se com o esforço financeiro da Comissão e dos Estados-Membros, deplorando, todavia, que a esse esforço financeiro não corresponda um importante papel político europeu;
4. Reitera o empenhamento da UE na estabilidade e na reconstrução das instituições civis no Afeganistão e manifesta o seu apoio aos esforços desenvolvidos pelo Governo do Presidente Karzai para alcançar a reconciliação nacional e garantir a segurança interna e externa no Afeganistão;
5. Insta a Comissão e a comunidade internacional de dadores no seu conjunto a prosseguirem a sua cooperação com o Governo do Afeganistão, tendo em vista promover rápidos progressos nos domínios da saúde e da educação, assim como prestar assistência em todos os sectores, por forma a obter rapidamente progressos tangíveis e assegurar que a assistência não reverta a favor dos dirigentes regionais, mas sim que beneficie a população carenciada;
6. Sublinha as expectativas legítimas do povo afegão, que continua sem ver uma melhoria significativa das suas condições de vida, especialmente em domínios como a saúde, a educação, o abastecimento de água, o saneamento e a desminagem, que devem constituir a prioridade dos programas de recuperação;
7. Insiste, neste contexto, nas prioridades definidas pelo governo afegão: desenvolvimento dos recursos humanos, criação das infra-estruturas económicas e reforço das capacidades das instituições governamentais;
8. Reitera o seu pedido de estabelecimento urgente de um programa bem coordenado de desminagem, incluindo a assistência às vítimas de minas, com o pleno apoio do governo afegão e da comunidade internacional;
9. Convida todas as partes a aplicarem as restantes disposições do Acordo de Bona, a levarem a efeito a redacção de uma nova Constituição e a preparação de eleições livres e justas até Junho de 2004 que permitam estabelecer um governo assente numa ampla base, sensibilizado para as questões de género, que seja multiétnico e plenamente representativo;
10. Insta a que seja realizada uma investigação célere e objectiva de todas as violações dos direitos humanos e dos crimes de guerra. Exorta as Nações Unidas a reforçarem a sua presença no país em termos de monitorização dos direitos humanos;
11. Regozija-se com a declaração de relações de boa vizinhança assinada pelo governo interino do Afeganistão e pelos Governos da China, Irão, Paquistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Usbequistão em Cabul, em 22 de Dezembro de 2002. Exorta os governos dos países vizinhos do Afeganistão a cooperarem sem reservas na aniquilação das redes ainda existentes de organizações terroristas às ordens da Al-Qaeda e das forças talibãs;
12. Solicita ao novo governo - e aos governos dos países limítrofes - que adoptem todas as medidas possíveis para combater a criminalidade organizada, assim como a produção e o tráfico de droga - requisito prévio indispensável para garantir a estabilidade na região;

13. Manifesta a sua apreensão pelo facto de os "senhores da guerra" continuarem a actuar no país e considera que os esforços conjuntos das forças de segurança afegãs e da força militar internacional devem ser reforçados para não permitir a actividade dos "senhores da guerra". Apela ao fim de toda e qualquer forma de apoio aos comandantes regionais e locais;
14. Solicita às Nações Unidas e aos governos doadores a adopção de critérios justos e coerentes para o repatriamento dos refugiados afegãos, que enfrentam neste momento um destino incerto e se vêm confrontados com as várias políticas praticadas pelos países de acolhimento e pelas agências humanitárias;
15. Convida o Conselho a reponderar o repatriamento dos refugiados afegãos e a ter em conta a ausência de quaisquer infra-estruturas do lado afegão;
16. Lamenta profundamente a actual falta de concertação real entre as actividades das organizações internacionais, dos governos ou das ONG e o governo afegão, e pede que se equacione a criação de uma verdadeira agência para a reconstrução;
17. Decide enviar, na próxima Primavera, uma delegação de deputados europeus ao Afeganistão;
2. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, às Nações Unidas e aos governos do Afeganistão, Paquistão, Irão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Estados Unidos e China.